



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COSERN

Trimestre findo em 31 de março de 2016



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.746
Preferenciais	38.328
Total	168.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.201.420	2.204.907
1.01	Ativo Circulante	678.591	715.189
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	222.938	250.878
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.548	3.042
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.548	3.042
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.548	3.042
1.01.03	Contas a Receber	360.110	358.409
1.01.03.01	Clientes	360.110	358.409
1.01.04	Estoques	3.549	3.369
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.356	77.174
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.356	77.174
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.226	5.996
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.864	16.321
1.01.08.03	Outros	12.864	16.321
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	1.043	1.390
1.01.08.03.02	Serviços em curso	3.033	2.961
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	8.788	11.970
1.02	Ativo Não Circulante	1.522.829	1.489.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	801.730	773.273
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	892	1.125
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	892	1.125
1.02.01.03	Contas a Receber	165.187	165.655
1.02.01.03.01	Clientes	165.187	165.655
1.02.01.06	Tributos Diferidos	81.780	86.812
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	81.780	86.812
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	553.871	519.681
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	17.161	16.950
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	16.100	15.970
1.02.01.09.05	Entidade de previdência privada	4.172	3.983
1.02.01.09.06	Concessão de serviço público (ativo financeiro)	516.438	482.778
1.02.02	Investimentos	941	941
1.02.04	Intangível	720.158	715.504
1.02.04.01	Intangíveis	720.158	715.504
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	720.158	715.504

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.201.420	2.204.907
2.01	Passivo Circulante	532.586	517.531
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.598	14.213
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.598	14.213
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	15.598	14.213
2.01.02	Fornecedores	148.411	242.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	148.411	242.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.371	62.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.309	17.850
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.915	0
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	1.552	2.488
2.01.03.01.03	Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.219	11.642
2.01.03.01.04	Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	1.355	1.560
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	368	438
2.01.03.01.06	Impostos e contribuições retidos na fonte	1.895	1.703
2.01.03.01.07	Outros	5	19
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	41.837	43.575
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	41.837	43.575
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.225	1.154
2.01.03.03.01	Impostos sobre serviços - ISS	1.225	1.154
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.003	114.983
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	176.003	114.983
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	95.132	97.661
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	80.871	17.322
2.01.05	Outras Obrigações	117.805	73.738
2.01.05.02	Outros	117.805	73.738
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.331	1.331
2.01.05.02.04	Taxa regulamentares	23.868	30.606
2.01.05.02.05	Passivos Financeiros Setoriais	57.220	555
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	35.386	41.246
2.01.06	Provisões	11.398	9.721
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.398	9.721
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.210	1.198
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.766	4.954
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	5.422	3.569
2.02	Passivo Não Circulante	768.034	833.408
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	706.971	780.449
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	706.971	780.449
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	345.829	340.211
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	361.142	440.238
2.02.02	Outras Obrigações	31.578	22.568
2.02.02.02	Outros	31.578	22.568
2.02.02.02.03	Fornecedores	14.000	14.157
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	44	44
2.02.02.02.05	Passivos Financeiros Setoriais	9.829	2.283

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	7.705	6.084
2.02.03	Tributos Diferidos	48	45
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48	45
2.02.04	Provisões	29.437	30.346
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.437	30.346
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.415	2.324
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.460	23.892
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	4.130
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.562	0
2.03	Patrimônio Líquido	900.800	853.968
2.03.01	Capital Social Realizado	179.787	179.787
2.03.02	Reservas de Capital	266.766	266.766
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	179.315	179.315
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	4.647	4.647
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	82.429	82.429
2.03.02.09	Outras	375	375
2.03.04	Reservas de Lucros	408.917	408.917
2.03.04.01	Reserva Legal	35.957	35.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	280.124	280.124
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	92.540	92.540
2.03.04.10	Outras	296	296
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.752	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.422	-1.502

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	400.425	368.283
3.01.01	Receita Bruta	650.099	558.066
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-249.674	-189.783
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-286.905	-279.230
3.03	Resultado Bruto	113.520	89.053
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.695	-29.687
3.04.01	Despesas com Vendas	-17.018	-12.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.677	-17.212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.825	59.366
3.06	Resultado Financeiro	-15.166	-9.264
3.06.01	Receitas Financeiras	150.026	89.797
3.06.02	Despesas Financeiras	-165.192	-99.061
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.659	50.102
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.907	-4.210
3.08.01	Corrente	-9.775	-9.348
3.08.02	Diferido	-3.132	5.138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.752	45.892
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.752	45.892
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27196	0,26696
3.99.01.02	PNA	0,29916	0,29366
3.99.01.03	PNB	0,29916	0,29366

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	46.752	45.892
4.02	Outros Resultados Abrangentes	80	76
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.832	45.968

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.313	97.518
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.911	157.006
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CSLL	59.659	50.102
6.01.01.02	Amortização	15.650	16.085
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	24.741	20.691
6.01.01.04	Valor justo ativo financeiro	-13.122	-6.041
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	33	53
6.01.01.06	Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	756	-166
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.153	1.485
6.01.01.08	Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	51.041	74.797
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-112.598	-59.488
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-3.386	-92.455
6.01.02.02	IR e CSLL a recuperar	-2.014	-9.255
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	15.166	4.143
6.01.02.04	Estoques	-180	-4
6.01.02.06	Depósitos judiciais	73	-876
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-230	-487
6.01.02.08	Entidade de previdência privada	278	222
6.01.02.09	Outros ativos	3.853	168
6.01.02.10	Fornecedores	-94.043	39.822
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	1.385	477
6.01.02.12	Encargos da dívida e swap pagos	-20.030	-10.362
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-7.165	18.299
6.01.02.14	IR e CSLL pagos	-5.779	-12.858
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-7.120	-611
6.01.02.16	Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	13.170	0
6.01.02.17	Indenizações/Contingências pagas	-2.337	96
6.01.02.18	Outros passivos	-4.239	4.193
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.800	-34.737
6.02.02	Aquisição de intangível	-42.585	-34.138
6.02.03	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-336	-1.401
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários	1.121	802
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.453	98.996
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	3.969	135.100
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-22.485	-14.991
6.03.03	Obrigações vinculadas	4.063	4.165
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	0	-25.087
6.03.05	Pagamento de custo de captação	0	-191
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.940	161.777
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250.878	36.507
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	222.938	198.284

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	408.917	0	-1.502	853.968
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	408.917	0	-1.502	853.968
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.752	80	46.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.752	0	46.752
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	80	80
5.05.02.06	Ganhos e Perdas em Ativos Financeiros de Concessão Líquido	0	0	0	0	80	80
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	408.917	46.752	-1.422	900.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	179.787	266.766	377.347	0	-2.123	821.777
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	179.787	266.766	377.347	0	-2.123	821.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-10.213	56.105	76	45.968
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-10.213	56.105	0	45.892
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	76	76
5.07	Saldos Finais	179.787	266.766	367.134	56.105	-2.047	867.745

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	646.633	555.944
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	650.099	558.066
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.466	-2.122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-305.437	-297.384
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-230.735	-235.709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.702	-61.675
7.03	Valor Adicionado Bruto	341.196	258.560
7.04	Retenções	-15.650	-16.231
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.650	-16.231
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	325.546	242.329
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	150.929	89.797
7.06.02	Receitas Financeiras	150.929	89.797
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	476.475	332.126
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	476.475	332.126
7.08.01	Pessoal	23.806	17.652
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.066	10.634
7.08.01.02	Benefícios	5.106	4.016
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.027	2.573
7.08.01.04	Outros	2.607	429
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	240.463	169.291
7.08.02.01	Federais	110.441	55.766
7.08.02.02	Estaduais	129.226	112.871
7.08.02.03	Municipais	796	654
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	165.454	99.291
7.08.03.01	Juros	166.577	97.088
7.08.03.02	Aluguéis	262	230
7.08.03.03	Outras	-1.385	1.973
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.752	45.892
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.752	45.892

Comentário do Desempenho

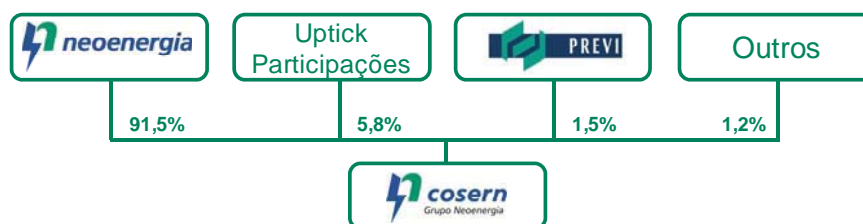
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO Em 31 de Março de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN é a concessionária de serviço público de energia elétrica destinada a explorar os sistemas de subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica com atuação no Estado do Rio Grande do Norte, atendendo 100% do total dos domicílios do Estado do Rio Grande do Norte.

Composição acionária da COSERN



2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1. Número de Consumidores Ativos

A Companhia encerrou em 31 de março de 2016 com o total de 1.359.105 consumidores, representando um crescimento de 3,26%, equivalente a 42.944 novas unidades consumidoras, em relação ao mesmo período de 2015.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, que representa 86,2% dos clientes da Cosern, registrando um crescimento de 3,47%, acréscimo de 39.409 novos consumidores, em relação ao mesmo período de 2015.

A classe Industrial apresentou um decréscimo de 1,27%. Esta queda do número de clientes industriais é explicada pela migração de clientes para outras classes devido ao processo de atualização do cadastro comercial da empresa.

Descrição	Evolução do número de consumidores					
	1T15	1T16	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			1T15	1T16	1T16 / 1T15	
Residencial	1.134.203	1.173.612	86,2%	86,4%	39.409	3,5%
Industrial	1.494	1.475	0,1%	0,1%	-19	-1,3%
Comercial	86.499	89.418	6,6%	6,6%	2.919	3,4%
Rural	72.141	72.169	5,5%	5,3%	28	0,0%
Poder Público	12.610	12.680	1,0%	0,9%	70	0,6%
Iluminação Pública	7.146	7.600	0,5%	0,6%	454	6,4%
Serviço Público	1.873	1.960	0,1%	0,1%	87	4,6%
Subtotal	1.315.966	1.358.914	100,0%	100,0%	42.948	3,3%
Consumo Próprio	192	188	0,0%	0,0%	-4	-2,1%
Suprimento	3	3	0,0%	0,0%	0	0,0%
Total	1.316.161	1.359.105	100,0%	100,0%	42.944	3,3%

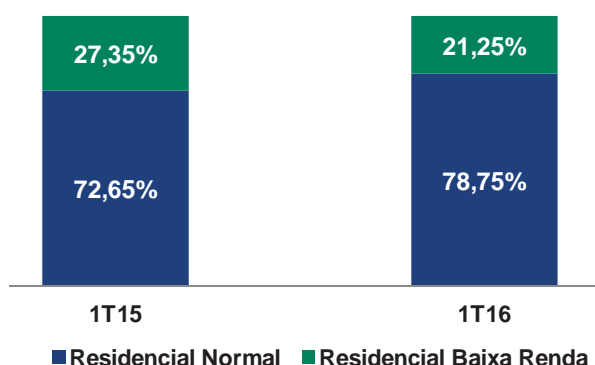
Comentário do Desempenho

2.2. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial

O número de consumidores residenciais em março de 2016 representa 86,18% do total de clientes/contratos ativos, e destes 21,25% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

Em março de 2015 esse número era de 27,35%, sendo esta redução motivada pelo reenquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício social, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

Descrição	Evolução do número de consumidores Residenciais	
	1T15	1T16
Convencional	824.000	924.190
Baixa Renda	310.203	249.422
Total	1.134.203	1.173.612



2.3. Energia Vendida

No 1T16, o volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia foi de 1.154 GWh, representando um decréscimo de -2,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Receita com o Fornecimento de Energia Elétrica alcançou R\$ 582 milhões no 1T16, aumento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao Reajuste Tarifário Anual e Bandeira Tarifária que incidiram durante o período.

A classe residencial apresentou crescimento de 1,3%, atingindo um consumo de 518 GWh no período. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Cosern, com uma participação de 44,9%. Esse tímido crescimento pode estar associado a fatores da conjuntura econômica como aumento das taxas de desemprego e do nível de endividamento das famílias.

Para a classe Industrial registrou-se uma queda de 4,3%, influenciada principalmente pela migração de clientes para outras classes de consumo, bem como pela redução da atividade industrial no Estado.

Já para a classe comercial houve uma queda de 3,6%. Dentre os principais ramos do comércio os destaques positivos ficaram por conta dos setores de atividades imobiliárias e atividades de atenção a saúde humana, todos os demais setores apresentaram queda no consumo.

No que tange à classe rural seu desempenho é bastante correlacionado ao comportamento das variáveis climáticas, e ao calendário de leitura, tendo registrado queda de 16,2%.

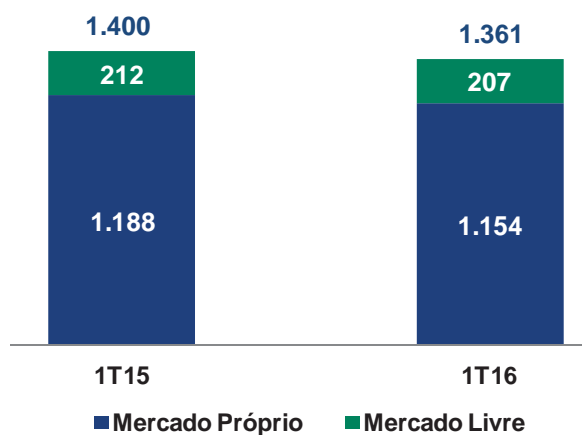
Comentário do Desempenho

Classe	1T15		1T16		Variação 2016/2015		Participação 1T16	
	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
Residencial	235	512	275	518	17,3%	1,3%	47,3%	44,9%
Industrial	45	121	52	115	14,9%	-4,3%	8,9%	10,0%
Comercial	134	268	148	259	11,1%	-3,6%	25,5%	22,4%
Rural	31	110	31	92	1,1%	-16,2%	5,4%	8,0%
Poder Público	32	69	37	67	14,8%	-2,5%	6,3%	5,8%
Iluminação Pública	12	43	14	44	18,7%	2,1%	2,4%	3,8%
Serviço Público	22	64	24	57	9,5%	-10,9%	4,2%	4,9%
Subtotal	511	1.187	582	1.153	14,0%	-2,9%	100,0%	99,9%
Consumo Próprio	-	1	-	1		-9,6%		0,1%
Total	511	1.188	582	1.154	14,0%	-2,9%	100,0%	100,0%

2.4. Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) pela Cosern no 1T16 foi 1.361 GWh, 2,81% menor que o registrado no mesmo período de 2015. Percebe-se um ligeiro aumento da participação do consumo livre no período, passando de 15,14% no 1T15 para 15,19% no 1T16.

Descrição	Energia Distribuída			
	1T15	1T16	Variação Horizontal %	
			1T16 / 1T15	
Mercado Cativo	1.188	1.154	-34	-2,87%
Mercado Livre	212	207	-5	-2,49%
Uso da Distribuidora	0,2	0,2	0	10,51%



Comentário do Desempenho

2.5. Balanço Energético – MWh

Contratos				Residencial		%	
1.419.966				518.434	44,92%		
1.438.649				511.933	43,08%		
Uso Distribuidoras				Mercado Próprio		%	
211				1.154.136	74,47%		
191				1.188.246	76,87%		
Mercado Livre				Mercado Livre		%	
206.788				206.788	13,34%		
212.070				212.070	13,72%		
Perdas Rede Básica				Perda Distribuição		%	
29.415				188.568	12,17%		
24.586				145.254	9,40%		
Sobras				Uso Distribuidoras		%	
47.847				211	0,01%		
80.563				191	0,01%		
Injetada		Injetada		Industrial		%	
1.549.703		1.549.703		115.492	10,01%		
1.545.760		1.545.760		120.624	10,15%		
				Comercial		%	
				258.598	22,41%		
				268.338	22,58%		
				Rural		%	
				92.253	7,99%		
				110.132	9,27%		
				Outros		%	
				169.360	14,67%		
				177.220	14,91%		

LEGENDA	
1T16	
1T15	

A energia injetada atingiu o patamar de 1.549.136 MWh no 1T16, representando uma alta de 0,26% com relação a igual período de 2015. Do total da energia injetada, 74,47% foi destinada ao consumo regulado, 13,34% para o consumo do mercado livre e 12,17% representam perdas no processo de distribuição **no trimestre**.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 1.154.136 MWh no 1T16, representando um decréscimo de 2,87% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado livre exigiu a entrega de 206.788 MWh de energia durante o trimestre, representando um decréscimo de 2,49% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5. Tarifas

2.5.1 Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto no Contrato de Concessão da COSERN, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.880, de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de Abril de 2015, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 15,49%, dos quais 11,67% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,82% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 9,57%, conforme tabela a seguir:

Comentário do Desempenho

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2015 com vigência até 21 de abril de 2016.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (> 2,3 kV)	14,41%
BT - Baixa Tensão (< 2,3 kV)	7,41%
Efeito tarifário médio AT+BT	9,57%

2.5.2 Bandeira Tarifária

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. As bandeiras tarifárias consideram as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Em 27 de fevereiro de 2015 os valores das Bandeiras Tarifárias foram ajustadas conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1859/2015:

- **Bandeira verde:** Condições favoráveis de geração de energia e será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$ 200,00/MWh. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- **Bandeira amarela:** Condições de gerações menos favoráveis e será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$ 200,00/MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$ 388,48/MWh. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 2,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.
- **Bandeira vermelha:** Condições mais custosas de geração e será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$ 388,48/MWh. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Ou seja, R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos, sem contar com os impostos.

Em 28 de agosto de 2015, a ANEEL publicou a REH nº 1.945/2015, estabelecendo o valor a ser acrescido na tarifa de R\$0,025/kWh para a bandeira amarela e R\$0,045/kWh para a bandeira vermelha, com vigência a partir de 01 de setembro de 2015.

Nos meses de janeiro de 2015 a janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha foi acionada. Em fevereiro de 2016 passou a vigorar a bandeira vermelha patamar 1, em março de 2016, a bandeira amarela e, em abril de 2016, a bandeira verde

2.6. Energia Contratada

No gráfico a seguir, apresentamos a energia contratada e a contratar em GWh para o período de 2016 a 2022 para o mercado da Companhia em 31/03/2016 baseada na expectativa de crescimento.

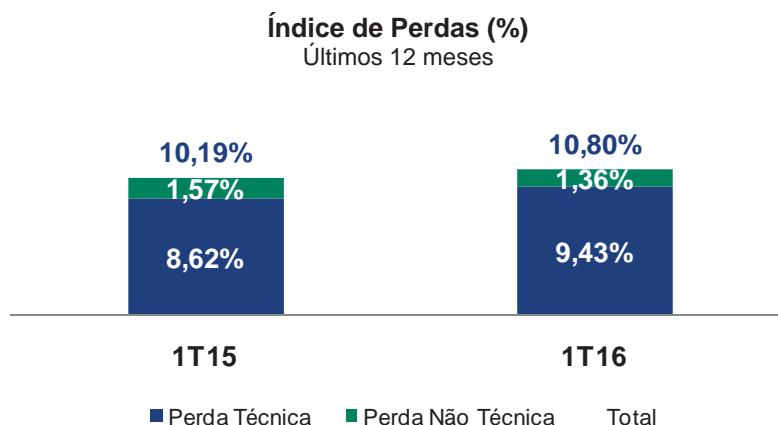


Comentário do Desempenho

2.7. Índice de Perdas

As perdas globais de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Elas possuem duas componentes: perdas técnicas, que correspondem ao montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes de falhas em equipamentos de medição, erros de faturamento e irregularidades causadas por ação do consumidor (furto e fraude).

As perdas não técnicas são obtidas pela diferença entre a perda global, que é medida, e a perda técnica, que é calculada. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Cosern em Março de 2016, comparado ao mesmo período do ano anterior:



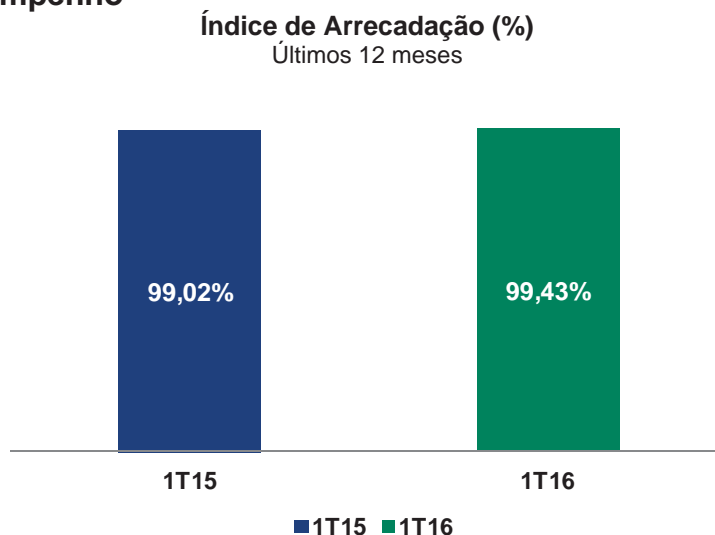
A Cosern apresentou um aumento no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2015. Para reverter esse quadro, a distribuidora busca atuar fortemente no combate às perdas. Até o momento, foram gastos cerca de R\$ 3,3 milhões em investimento, onde as principais ações desenvolvidas foram:

- Inspeção em mais de 13 mil unidades consumidoras e recuperação de 3,35 GWh de energia;
- Substituição de 2,6 mil equipamentos de medição;
- Atualização de cerca de 7.030 pontos de iluminação pública através do levantamento cadastral, e mais 1 mil pontos através de ações de fiscalização do parque de iluminação pública;
- Instalação de 57 telemedições em clientes do grupo A.

2.8. Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação em relação ao faturamento vencido nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. A seguir, temos o demonstrativo do índice da Cosern no 1T16 e seu comportamento em relação ao mesmo período de 2015.

Comentário do Desempenho



O comportamento positivo da arrecadação, mesmo no cenário econômico desfavorável para a inadimplência, teve como contribuintes a recuperação da arrecadação das classes dos clientes especiais e horosazonal e manutenção das demais, e a recuperação de faturamentos de meses anteriores representativos de mar/16. Outro contribuinte para este resultado foi a redução do faturamento comparado ao 1º trimestre de 2015 devido a redução das bandeiras tarifárias, com a alteração da bandeira tarifária de vermelha patamar 2 (dois) para vermelha patamar 1 (um), e para amarelo, causada pelo desligamento das térmicas.

O cenário econômico desfavorável no primeiro trimestre de 2016 para a inadimplência foi um desafio para manter os níveis razoáveis de arrecadação dos faturamentos. Neste contexto, a Cosern tem adotado as medidas para o cumprimento e otimização do plano operacional das ações de cobrança, e as principais iniciativas abaixo são destaques no primeiro trimestre de 2016, tais como:

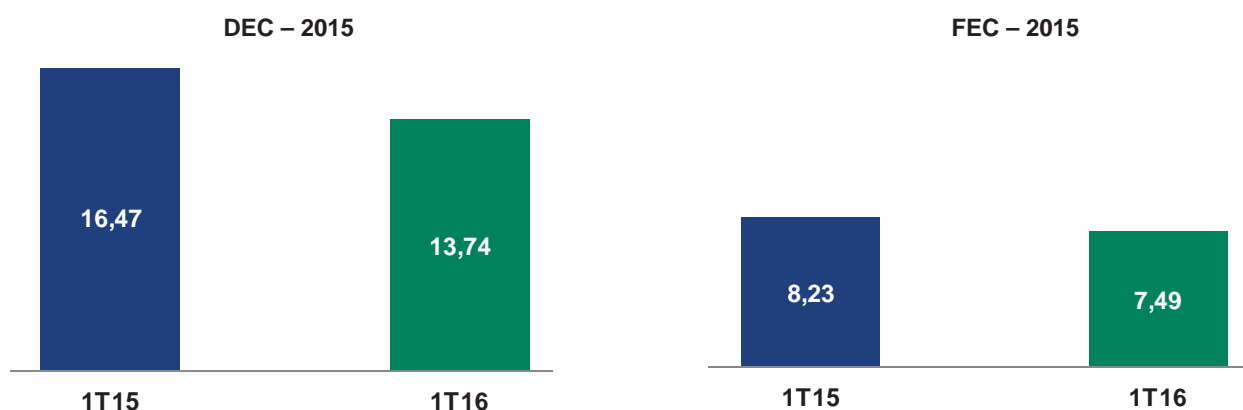
- Adoção de tecnologias de menor custo para suspensão do fornecimento, como o corte no dispositivo do disjuntor, de modo a possibilitar incremento das ações;
- Intensificação das ações de acompanhamento sobre as unidades consumidoras cortadas;
- Aumento das negativações acima do planejado em 118% no período, mantendo uma efetividade acima de 80%;
- Implantação de envio de SMS antes da ação do corte;
- Acompanhamento personalizado dos processos de pagamento no Governo do Estado e Prefeitura de Natal, com os setores responsáveis para dar celeridade as questões burocráticas;
- Implantação do sistema de mobilidade em prestadoras de serviços para aumento de produtividade dos serviços de campo;

2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica.

A apuração dos indicadores de qualidade acumulado 12 meses até o primeiro trimestre de 2016, quando comparado com o acumulado 12 meses até primeiro trimestre de 2015, apresenta uma trajetória de melhora do DEC e do FEC onde apresentam uma redução de 16,7% e 9,0% respectivamente, resultado dos investimentos realizados pela Companhia em sua rede de distribuição e no seu atendimento.

Comentário do Desempenho



3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a continuidade e a qualidade do fornecimento de energia para atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No acumulado no ano até março de 2016, foi investido, líquido de subvenções, o montante de R\$ 40.986 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados para o combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (com destaque para o Programa Luz para Todos).

3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011, e novamente prorrogado até 2018, conforme Decreto nº 8.387 de 30 de dezembro de 2014.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014. Em 29 de maio de 2013, foi assinado o termo de compromisso no qual foi definido o número de ligações para os anos de 2013 e 2014 e em 09 de outubro de 2013, foi assinado o contrato, reiniciando o programa no Rio Grande do Norte. O Ministério de Minas e Energia prorrogou o prazo de aplicação de recursos até 31/12/2015.

Desde o início do programa, em janeiro de 2004, até 31/12/2015, a Companhia realizou 57.654 ligações.

Programa Luz para Todos	31/12/2015
Ligações executadas até 2009	52.525
Ligações executadas em 2010	284
Ligações executadas em 2013	232
Ligações executadas em 2014	3.562
Ligações executadas em 2015	1.051
Total de Ligações Executadas	57.654
Em execução	0
Ligações totais	57.654

Comentário do Desempenho**4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Varição %
	1T16	1T15	1T16/15
Receita Operacional Bruta	650.099	558.066	16,49%
Receita Operacional Líquida	400.425	368.283	8,73%
EBITDA	90.257	75.377	19,74%
Resultado do Serviço	74.825	59.366	26,04%
Resultado Financeiro sem JSCP	-15.166	-9.264	63,71%
Lucro Líquido	46.752	45.892	1,87%
Margem EBITDA (%)	22,54%	20,47%	2,07 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção	20,55%	18,88%	1,68 p.p
Margem Operacional (%)	18,69%	16,12%	2,57 p.p
Margem Líquida (%)	11,68%	12,46%	-0,79 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Varição %
	mar/16	dez/15	16/15
Ativo Total	2.201.420	2.204.907	-0,16%
Dívida Bruta	882.974	895.432	-1,39%
Patrimônio Líquido	900.800	853.968	5,48%
Dívida Total Líquida	656.596	640.387	2,53%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	1,81	1,84	-1,67%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,42	0,43	-1,62%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,41	0,39	5,65%

Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

*EBITDA dos últimos 12 meses

4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Varição	
	1T16	1T15	R\$ Mil	%
Receita Bruta	650.099	558.066	92.033	16,49
Deduções da Receita Bruta	-249.674	-189.783	-59.891	31,56
Receita Líquida	400.425	368.283	32.142	8,73
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-286.905	-279.230	-7.675	2,75
Resultado Bruto	113.520	89.053	24.467	27,47
Outras Despesas Operacionais	-38.695	-29.687	-9.008	30,34
Resultado do Serviço (I)	74.825	59.366	15.459	26,04
Amortização / Depreciação	15.432	16.011	-579	-3,62
EBITDA	90.257	75.377	14.880	19,74
Resultado Financeiro (II)	-15.166	-9.264	-5.902	63,71
Resultado Operacional (I) + (II)	59.659	50.102	9.557	19,08
IR e CSLL	-12.907	-4.210	-8.697	206,58
Lucro do Período	46.752	45.892	860	1,87

4.1.1 Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2016 uma Receita Bruta de R\$ 650.099 mil, um acréscimo de 16,5% em relação ao valor de R\$ 558.066 mil alcançado no primeiro trimestre de 2015. E uma Receita Líquida de R\$ 400.425 mil, um acréscimo de 8,7% em relação ao valor de R\$ 368.283 mil apresentado no primeiro trimestre de 2015.

Comentário do Desempenho

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Aumento de 43,8%, no valor de R\$ 110.064 mil, no fornecimento de energia elétrica decorrente de:
 - Aumento nas tarifas médias praticadas, decorrente dos efeitos de **(i)** Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de 22 de abril de 2015, com incremento médio de 9,57% **(ii)** Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) aplicado a partir de 02 de março de 2015, com incremento médio de 2,76%; e abatido parcialmente pela **(iii)** Redução Bandeiras Tarifárias que em foram reduzidas para “Bandeira Vermelha Patamar 1” em fevereiro de 2016 e “Bandeira Amarela” em março de 2016.
 - Queda de 2,9% do volume de vendas no mercado cativo, representando uma variação de 34 GWh em relação ao mesmo período do anterior. Entretanto, o aumento do número de consumidores cativos em mais de 47 mil abateu o impacto da queda do volume.
- Registro contábil dos Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros no valor de R\$ 63.870 mil, sendo composto da constituição do passivo de R\$ 38.366 mil decorrente do recebimento das bandeiras tarifárias, R\$ 13.161 referente a reversão passiva da Parcela A e R\$ 13.001 da constituição dos passivos em função dos custos realizados abaixo da cobertura tarifária. A variação positiva no valor de R\$ 10.041 mil entre os trimestres é principalmente referente a constituição passiva elevada no 1º trimestre de 2015, decorrente dos valores recebidos da CONTA ACR (Decreto 8.221).
- Redução de R\$ 17.990 mil na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, em função da diminuição do volume das sobras de energia registradas no primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015. Além disso, o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que é utilizado nesta transação, sofreu uma redução no período em análise.
- Aumento de 55,3%, no valor de R\$ 15.382 mil, em outras receitas operacionais, devido principalmente a atualização do ativo financeiro indenizável em face da revisão do índice de correção da Base de Remuneração Regulatória, no montante de R\$ 7.082 mil.
- Essas variações foram parcialmente compensadas pelo aumento de R\$ 59.891 mil nas Deduções da Receita Bruta em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 249.674 mil no 1º trimestre de 2016 e R\$ 189.783 mil no 1º trimestre de 2015), devido ao:
 - aumento de 23,5% dos tributos de ICMS, PIS e COFINS no valor de R\$ 38.143 mil, devido basicamente ao aumento na base de cálculo (receita bruta);
 - aumento de 78,6%, no valor de R\$ 21.748 mil nos encargos setoriais, devido basicamente ao **(i)** aumento na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE de R\$ 33.233 mil decorrente das novas cotas para o exercício de 2016, abatido parcialmente pela **(ii)** redução na contabilização do passivo homologado de bandeira tarifária como outros encargos do consumidor CCRBT devido a redução das Bandeiras Tarifárias no primeiro trimestre de 2016 em função da melhora do cenário hidrológico, ocasionando uma redução de R\$ 13.512 mil.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	1T16	1T15	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-175.136	-191.123	15.987	-8,36
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-28.831	-16.654	-12.177	73,12
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-507	-501	-6	1,20
Subtotal	-204.474	-208.278	3.804	-1,83
Custos e Despesas Gerenciáveis	1T16	1T15	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-26.712	-20.049	-6.663	33,23
Material	-1.774	-1.362	-412	30,25
Serviços de terceiros	-28.872	-24.858	-4.014	16,15
Amortização	-15.432	-16.011	579	-3,62
Indenizações Cíveis/Trabalhistas	-2.329	-1.513	-816	53,93
Provisões Líquidas - PCLD	-3.466	-2.122	-1.344	63,34
Provisões Líquidas - Contingências	756	166	590	355,42
Custo de Construção	-38.699	-31.025	-7.674	24,73
Outros	-4.598	-3.865	-733	18,97
Subtotal	-121.126	-100.639	-20.487	20,36
Total	-325.600	-308.917	-16.683	5,40

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2016 correspondem a R\$ 325.600 mil contra R\$ 308.917 mil apresentado no mesmo período de 2015, representando um acréscimo de R\$ 16.683 mil, ou seja, 5,40%.

Contribuíram para esse resultado:

- Redução do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 15.987 mil, decorrente principalmente de:
 - Redução de 1,02% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) nesse trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior;
 - Menor tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos do 3º Leilão de Fontes Alternativas e 15º Leilão de Energia Nova, assim como na COELBA, mais do 13º Leilão de Energia Nova e do 17º Leilão de Energia Nova. Melhorado pela receita de sobras de energia no MCP em função da redução do mercado;
 - Registro de ressarcimento das geradoras apresentou um desvio desfavorável de R\$ 11.347 mil em relação ao mesmo período de 2015.
 - Nos três primeiros meses de 2015, a COSERN registrou R\$ 39.966 mil de aportes de CDE e Conta ACR, em contrapartida, em 2016 não foi registrado nenhum desses Aportes. Resultando em uma variação negativa de R\$ 39.966 mil.
 - Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela variação favorável de R\$ 127.660 mil na linha de Energia de Curto Prazo – PLD, esse resultado é decorrente da sobrecontratação das distribuidoras no primeiro trimestre de 2016. Esse cenário permitiu que COSERN comercializasse sua sobra de energia no Mercado de Curto Prazo com base no PLD, que permaneceu acima do preço pago pela distribuidora por essa energia.
- Encargos de uso do sistema de transmissão, variação desfavorável de R\$ 12.177 mil, decorrente principalmente: (i) da nova contratação do uso do sistema de transmissão em montante maior que o anterior; (ii) do aumento do valor dos novos equipamentos do sistema de transmissão que onerou o encargo de conexão; (iii) do Encargo de Serviço do Sistema - ESS que cresceu devido aos custos adicionais de Segurança Energética; (iv) da queda do PLD que provocou redução na receita do EER.
- Aumento dos gastos com Pessoal e Administradores em R\$ 6.505 mil, decorrente, principalmente, do reajuste salarial de pessoal de 9,9%.
- Aumento dos gastos com serviços de terceiros, em R\$ 4.014 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de

Comentário do Desempenho

serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, manutenção e conservação de software, serviço de leitura e entrega de conta, desligamento e religação, dentre outros.

- Aumento das provisões líquidas – PCLD, em R\$ 701 mil, devido principalmente à implementação do sistema de bandeiras tarifárias, mudança das regras da tarifa social, que impactou na perda da tarifa social para 61 mil clientes beneficiados e à revisão tarifária e reajuste tarifário ordinário de 2,76% em mar/2015 e 9,57% em abr/2015 respectivamente, provocando o aumento da inadimplência.
- Aumento de 24,73%, no valor de R\$ 7.674 mil, no custo de construção de infraestrutura da concessão devido ao maior volume de investimentos nesse trimestre.

4.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	1T16	1T15	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	6.863	2.224	4.639	208,59
Juros, comissões e acréscimo moratório	3.801	5.344	-1.543	-28,87
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-24.922	-18.627	-6.295	33,80
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-908	1.795	-2.703	-150,58
Total	-15.166	-9.264	-5.902	63,71

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 15.166 mil no primeiro trimestre de 2016, contra R\$ 9.264 mil no mesmo período de 2015, representando uma variação desfavorável de 63,71%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento da renda de aplicações financeiras em R\$ 4.639 mil, variação favorável devido principalmente ao volume médio aplicado no período e a taxa do CDI serem maiores que o mesmo período de 2015, variação de 140,2% e 36,36% respectivamente;
- Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) - Variação desfavorável de R\$ 6.295 mil, decorrente principalmente do aumento do saldo médio de empréstimos e financiamentos neste primeiro trimestre de 2016 em comparação ao mesmo período do ano anterior (variação de 25%, responsável pelo impacto de R\$ 4.819 mil). O aumento dos principais indicadores atrelados à dívida – CDI e TJLP – também impactaram na elevação do resultado da dívida em R\$ 3.600 mil. Também houve incremento sobre o total de juros capitalizados no ativo imobilizado decorrentes de obras em andamento no montante de R\$ 2.124 (valor redutor dos encargos de dívida);
- Variação negativa em juros, comissões e acréscimo moratório devido à queda no montante de variação monetária sobre o saldo de parcelamento de débitos com clientes de energia, impactando o resultado financeiro em R\$ 1.543 mil;
- Variação desfavorável de R\$ 2.703 mil em outras receitas/despesas financeiras decorrentes principalmente de: (i) variação monetária negativa sobre parcelamento de débitos de faturas em atraso e (ii) reconhecimento de PIS e COFINS sobre receita financeira, a partir de julho de 2015, conforme Decretos 8.426 e 8.451 de 2015 (R\$ 903 mil). Demais impactos estão relacionados à remuneração financeira da parcela A e atualização monetária de créditos de impostos (IR e CS a compensar).

4.4. Conciliação entre o EBITDA e Lucro Líquido

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	1T16	1T15	1T16/15	31/03/2016	31/03/2015	2016/2015
Lucro líquido	46.752	45.892	1,87%	46.752	45.892	1,87%
Despesas financeiras	165.192	99.061	66,76%	165.192	99.061	66,76%
Receitas financeiras	-150.026	-89.797	67,07%	-150.026	-89.797	67,07%
Imposto de renda	11.047	2.271	386,44%	11.047	2.271	386,44%
Amortização	15.432	16.011	-3,62%	15.432	16.011	-3,62%
Amortização de ágio	1.860	1.939	-4,07%	1.860	1.939	-4,07%
EBITDA	90.257	75.377	19,74%	90.257	75.377	19,74%

5. ENDIVIDAMENTO

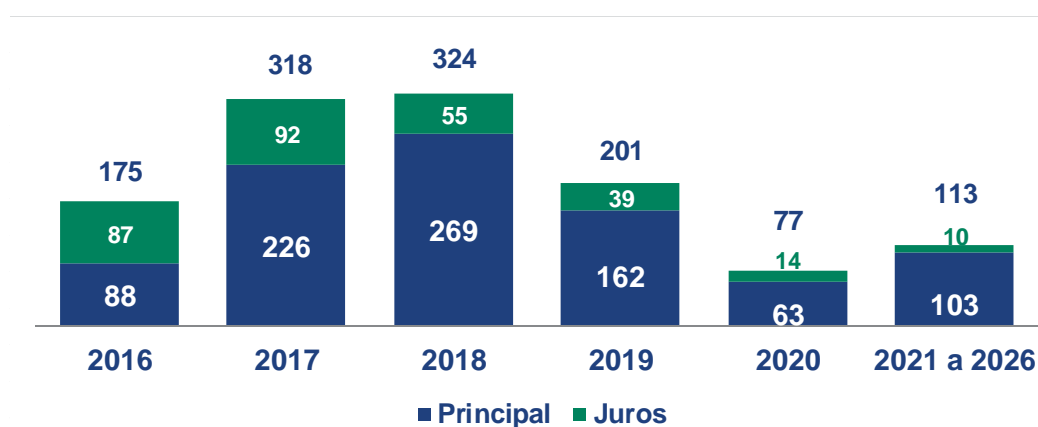
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, derivativos e encargos, passou de R\$ 895.432 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 882.974 mil em 31 de março de 2016.

A dívida líquida da Cosern (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) em 31 de março de 2016 alcançou R\$ 656.596 mil, 2,5% maior que os R\$ 640.387 mil em 31 de dezembro de 2015, em função das captações realizadas no período.

O indicador financeiro Dívida total Líquida/EBITDA passou de 1,84 em 31 de dezembro de 2015 para 1,81 em março de 2016.

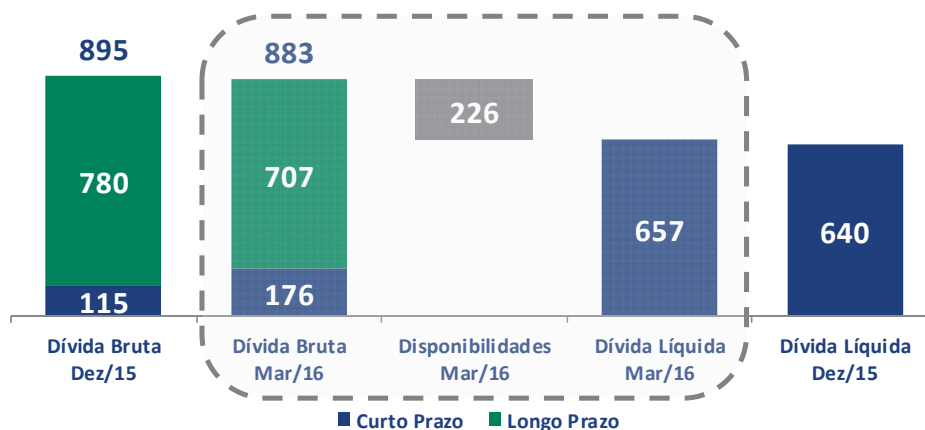
A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)



Comentário do Desempenho

Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



6. RATING

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 30 de março de 2016, a S&P reafirmou todos os ratings estabelecidos na revisão anterior realizada em 17 de fevereiro desse mesmo ano.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
Neoenergia	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
Itapebi (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
Termopernambuco (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
NC Energia (Rating de Emissão)						AA	A+

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Balanço patrimonial
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222.938	250.878
Contas a receber de clientes e outros	5	360.110	358.409
Impostos e contribuições a recuperar	6	70.356	77.174
Entidade de previdência privada	24	1.043	1.390
Outros ativos circulantes		24.144	27.338
Total do circulante		<u>678.591</u>	<u>715.189</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	5	165.187	165.655
Impostos e contribuições a recuperar	6	17.161	16.950
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	81.780	86.812
Depósitos judiciais	9	16.100	15.970
Entidade de previdência privada	24	4.172	3.983
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10	516.438	482.778
Outros ativos não circulantes		1.833	2.066
Intangível	10	720.158	715.504
Total do não circulante		<u>1.522.829</u>	<u>1.489.718</u>
Total do ativo		<u>2.201.420</u>	<u>2.204.907</u>

Notas Explicativas

	Notas	31/03/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	148.411	242.297
Empréstimos e financiamentos	12	176.003	114.983
Salários e encargos a pagar	13	15.598	14.213
Taxas regulamentares	14	23.868	30.606
Impostos e contribuições a recolher	15	63.371	62.579
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.331	1.331
Provisões	16	11.398	9.721
Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	7	57.220	555
Outros passivos circulantes	17	35.386	41.246
Total do circulante		532.586	517.531
Não circulante			
Fornecedores	11	14.000	14.157
Empréstimos e financiamentos	12	706.971	780.449
Taxas regulamentares	14	44	44
Impostos e contribuições a recolher	15	48	45
Provisões	16	29.437	30.346
Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	7	9.829	2.283
Outros passivos não circulantes	17	7.705	6.084
Total do não circulante		768.034	833.408
Patrimônio líquido			
Capital social	18	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		316.377	316.377
Outros resultados abrangentes		(1.422)	(1.502)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		92.540	92.540
Lucros acumulados		46.752	-
Total do patrimônio líquido		900.800	853.968
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.201.420	2.204.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida	19	400.425	368.283 (Reclassificado)
Custos dos serviços		(286.905)	(279.230)
Custos com energia elétrica	20.a	(203.967)	(207.777)
Custos de operação	20.b	(44.239)	(40.428)
Custos de construção		(38.699)	(31.025)
Lucro bruto		113.520	89.053
Despesas com vendas	20.b	(17.018)	(12.475)
Despesas gerais e administrativas	20.b	(21.677)	(17.212)
Lucro operacional		74.825	59.366
Receitas financeiras	21	150.026	89.797
Despesas financeiras	21	(165.192)	(99.061)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		59.659	50.102
Imposto de renda e contribuição social	8	(12.907)	(4.210)
Corrente		(15.323)	(15.663)
Diferido		(3.132)	5.138
Imposto de renda – SUDENE		7.408	8.254
Amortização ágio e reversão PMIPL		(1.860)	(1.939)
Lucro líquido do período		46.572	45.892
Lucro do período por ação do capital - R\$			
Ordinária		0,27	0,27
Preferencial A		0,30	0,29
Preferencial B		0,30	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do resultado abrangente
 Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro líquido do período	46.752	45.892
Outros resultados abrangentes		
Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados	121	115
Tributos sobre resultados abrangentes	(41)	(39)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	80	76
Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>46.832</u>	<u>45.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos de ágio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		Proposta de distribuição de dividendos adicional
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	179.787	4.648	179.315	82.428	375	264.042	35.957	296	(2.123)	-	77.052	821.777
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	(10.213)	-	-	-	56.105	-	45.892
Ganhos / perdas atuariais - Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	76	-	-	76
Saldo em 31 de março de 2015	179.787	4.648	179.315	82.428	375	253.829	35.957	296	(2.047)	56.105	77.052	867.745
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	179.787	4.648	179.315	82.428	375	280.124	35.957	296	(1.502)	-	92.540	853.968
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.752	-	46.752
Ganhos / perdas atuariais - Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	80
Saldo em 31 de março de 2016	179.787	4.648	179.315	82.428	375	280.124	35.957	296	(1.422)	46.752	92.540	900.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
		(Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	59.659	50.102
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades Operacionais:		
Amortização (*)	15.650	16.085
Constituição e remuneração dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	51.041	74.797
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	24.741	20.691
Valor justo do ativo financeiro de concessão	(13.122)	(6.041)
Valor residual do ativo intangível baixado / financeiro baixado	33	53
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	756	(166)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.153	1.485
	<u>140.911</u>	<u>157.006</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(3.386)	(92.455)
IR e CSLL a Recuperar	(2.014)	(9.255)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	15.166	4.143
Estoques	(180)	(4)
Depósitos judiciais	73	(876)
Despesas pagas antecipadamente	(230)	(487)
Benefício pós emprego	278	222
Outros ativos	3.853	168
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(94.043)	39.822
Salários e encargos a pagar	1.385	477
Encargos de dívidas e swap pagos	(20.030)	(10.362)
Taxas regulamentares	(7.165)	18.299
Imposto de renda (IR) e (CSLL) pagos	(5.779)	(12.858)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(7.120)	(611)
Valores a pagar da parcela A e outros itens	13.170	-
Indenizações/Contingências pagas	(2.337)	96
Outros passivos	(4.239)	4.193
	<u>(112.598)</u>	<u>(59.488)</u>
Caixa oriundo das atividades operacionais	<u>28.313</u>	<u>97.518</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(42.585)	(34.138)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(336)	(1.401)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.121	802
Utilização de caixa em atividades de investimento	<u>(41.800)</u>	<u>(34.737)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.969	135.100
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(22.485)	(14.991)
Pagamento de custo de captação	-	(191)
Obrigações vinculadas	4.063	4.165
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(25.087)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	<u>(14.453)</u>	<u>98.996</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.940)</u>	<u>(161.777)</u>
Caixa e equivalentes no início do período	250.878	36.507
Caixa e equivalentes no final do período	222.938	198.284
Redução no caixa e equivalente de caixa	<u>(27.940)</u>	<u>(161.777)</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN**

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
		(Reclassificado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	650.099	558.066
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.466)	(2.122)
	646.633	555.944
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(200.583)	(217.663)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(30.152)	(18.046)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	(74.702)	(61.675)
	(305.437)	(297.384)
VALOR ADICIONADO BRUTO		
Amortização *	(15.650)	(16.231)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(15.650)	(16.231)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras*	150.929	89.797
	150.929	89.797
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	476.475	332.126
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	12.277	10.477
Encargos sociais (exceto INSS)	3.027	2.573
Entidade de previdência privada	1.157	999
Auxílio alimentação	1.568	1.380
Convênio assistencial e outros benefícios	1.110	1.040
Despesas com desligamento	1.017	1.057
Provisão para férias e 13º salário	2.534	2.287
Plano de saúde	880	807
Indenizações trabalhistas	3	35
Participação nos resultados	1.548	789
Administradores	789	157
(-) Transferência para ordens	(2.104)	(3.949)
Subtotal	23.806	17.652
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	2.906	2.397
ICMS	129.226	112.871
PIS/COFINS sobre faturamento	44.689	20.974
Imposto de renda e contribuição social	12.907	4.210
Obrigações intra-setoriais	49.939	28.185
Outros	796	654
Subtotal	240.463	169.291
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	166.577	97.088
Aluguéis*	262	230
Outros	(1.385)	1.973
Subtotal	165.454	99.291
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do período	46.752	45.892
Subtotal	46.752	45.892
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	476.475	332.126

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN com sede no subdistrito de Baldo em Natal - Rio Grande do Norte, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação distribuição e comercialização de energia e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08 com vencimento em 2027.

Adicionalmente, a Companhia vem atendendo consumidores livres do Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Companhia em 11/05/2016, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2 – Base de apresentação

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na Nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

Notas Explicativas

2.3 – Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações intermediárias do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2015, originalmente emitidas em 14 de maio de 2015 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período.

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

Demonstração do resultado	31/03/2015	Ref.	Reclassificações	31/03/2015
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Receita Líquida	343.142	(a) / (b)	25.141	368.283
Custo dos Serviços	(272.605)	(b) / (c)	(6.625)	(279.230)
Despesas com vendas	-	(c)	(12.475)	(12.475)
Despesas gerais e administrativas	(17.212)		-	(17.212)
Receitas Financeiras	95.838	(a)	(6.041)	89.797
Despesas Financeiras	(99.061)		-	(99.061)

Demonstração do fluxo de caixa	31/03/2015	Ref.	Reclassificações	31/03/2015
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Caixa oriundo das atividades operacionais	98.008	(d)	(490)	97.518
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(35.418)	(d)	681	(34.737)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	99.187	(d)	(191)	98.996
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	161.777		-	161.777

Demonstração do valor adicionado	31/03/2015	Ref.	Reclassificações	31/03/2015
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	255.388	(a) / (b)	(13.059)	242.329
Valor adicionado recebido em transferência	95.838	(a)	(6.041)	89.797
Valor adicionado total a distribuir	351.226		(19.100)	332.126
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	17.652		-	17.652
Impostos, Taxas e Contribuições	188.391	(b)	(19.100)	169.291
Remuneração de Capitais de Terceiros	99.291		-	99.291
Remuneração de Capitais Próprios	45.892		-	45.892
Valor adicionado distribuído	351.226		(19.100)	332.126

- (a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, no montante de R\$ 6.041, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócios

Notas Explicativas

de distribuição de energia elétrica, uma vez que o retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, que corresponde a um único ativo físico.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Vide nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

- (b) Reclassificação dos valores relativos ao faturamento das Bandeiras tarifárias, antes classificado como redutor do custo para o grupo de receita operacional líquida no montante de R\$ 19.100 .
- (c) Reclassificação de despesas comerciais do custo dos serviços para despesas com vendas no montante de R\$ 12.475.
- (d) Reclassificação das linhas do intangível, IR/ CSLL, taxas e custo de captação entre as atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

3. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh e em março a amarela no valor de R\$15/MWh.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 38.380 (R\$ 32.979 em 31 de março de 2015) de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 13 repassados para a conta CCRBT (R\$ 17.243 em 31 de março de 2015).

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através de sua associação (ABRADEE) no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia irá avaliar as soluções propostas pela ANEEL, a eventual exposição remanescente e os respectivos efeitos contábeis.

CDE-Encargos

Através da Resolução Homologatória nº 1.857/15, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE para o ano de 2015, o qual foi devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da companhia. Contudo em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados.

Em cumprimento à decisão judicial, por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967, de 24 de setembro de 2015, a ANEEL estabeleceu as tarifas a serem aplicadas

Notas Explicativas

aos associados da ABRACE, a partir de 3 de julho de 2015 e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400, alcançando 4 grandes consumidores da COSERN, especificados na resolução. A decisão liminar está sendo contestada pela ANEEL e pela ABRADDEE.

A diferença entre o valor original da cota de CDE e o valor faturado pela distribuidora, conforme cláusula prevista no contrato de concessão, será contemplado na apuração dos componentes financeiros de neutralidade dos encargos setoriais, no próximo reajuste tarifário de 2016, conforme cláusula prevista no contrato de concessão.

Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 8.595 por mês, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o período de abril à dezembro de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 77.356 e ao longo do primeiro trimestre de 2016 R\$ 25.785.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	6.943	20.638
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.001	1.010
Fundos de investimento	214.994	229.230
	<u>222.938</u>	<u>250.878</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras em 31 de março de 2016 é constituída por (i) Certificados de Depósito Bancário - CDB's pós-fixados; (ii) LFT composto por títulos pós-fixados cuja rentabilidade segue a variação da Taxa Selic diária; e (iii) Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos.

5. Contas a receber de clientes e outros

		<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consumidores	(a)	524.187	529.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	51.070	27.586
Disponibilização do sistema de distribuição		6.453	6.202
Serviços prestados a terceiros		1.166	1.195
Serviços taxados e administrativos		1.707	1.616
Subvenção	(c)	19.678	34.750
Outros créditos		3.909	3.440
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(82.873)</u>	<u>(80.720)</u>
		<u>525.297</u>	<u>524.064</u>
Circulante		360.110	358.409
Não circulante		165.187	165.655

Notas Explicativas**(a) Consumidores**

	SalDOS vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 Dias	Mais de 90 dias	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Setor privado							
Residencial	26.694	53.010	11.448	91.152	87.860	(11.977)	(11.448)
Industrial	10.731	3.113	18.387	32.231	34.158	(18.413)	(18.387)
Comercial, serviços e outras	29.876	13.843	7.735	51.454	55.882	(7.728)	(7.735)
Rural	5.344	4.678	5.814	15.836	20.315	(4.018)	(3.728)
	<u>72.645</u>	<u>74.644</u>	<u>43.384</u>	<u>190.673</u>	<u>198.215</u>	<u>(42.136)</u>	<u>(41.298)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	6.618	1.213	1.907	9.738	9.015	(281)	(183)
Estadual	140.861	5.327	164	146.352	150.611	(25)	(24)
Municipal	48.932	3.516	23.026	75.474	73.246	(23.960)	(23.026)
	<u>196.411</u>	<u>10.056</u>	<u>25.097</u>	<u>231.564</u>	<u>232.872</u>	<u>(24.266)</u>	<u>(23.233)</u>
Iluminação pública	4.394	2.060	1.168	7.622	7.041	(583)	(410)
Serviço público	8.167	1.312	2.127	11.606	11.225	(1.188)	(1.148)
Fornecimento não faturado	82.722	-	-	82.722	80.642	-	-
	<u>364.339</u>	<u>88.072</u>	<u>71.776</u>	<u>524.187</u>	<u>529.995</u>	<u>(68.173)</u>	<u>(66.089)</u>
Circulante				359.034	364.373	(68.173)	(66.089)
Não circulante				165.153	165.622	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos, de consumidores inadimplentes, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções**(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O saldo a receber em 31 de março de 2016 é de R\$ 8.295 (R\$ 8.323 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

Notas Explicativas

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 14 de abril de 2015, foi emitida a resolução homologatória nº 1.885/15 aprovando o valor mensal de R\$ 5.692, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2015 a março de 2016.

O saldo a receber em 31 de março de 2015 é de R\$ 11.208 (R\$ 26.428 em 31 de dezembro de 2015), referente aos meses de janeiro a março de 2016.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(45.398)	(1.277)	(13.099)	(17.000)	(76.774)
Adições	(21.194)	(2)	-	(1.234)	(22.430)
Reversões	503	1.279	-	16.702	18.484
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(66.089)	-	(13.099)	(1.532)	(80.720)
Adições	(3.851)	-	-	(130)	(3.981)
Reversões	486	-	-	28	514
Baixados a reserva	1.281	-	-	-	1.281
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(68.173)	-	(13.099)	(1.634)	(82.906)

6. Impostos e contribuições a recuperar

		31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Imposto de renda – IR	(a)	24.747	19.774
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	12.031	8.445
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	12.280	12.091
Programa de integração social – PIS	(c)	1.658	5.162
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(c)	17.240	29.422
Instituto nacional de seguridade social – INSS		805	796
Imposto sobre serviços – ISS		1.595	1.481
Outros		-	3
		<u>70.356</u>	<u>77.174</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	17.161	16.950
		<u>17.161</u>	<u>16.950</u>

Notas Explicativas

- (a) IR e CSLL antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.
- (b) O saldo do ICMS é composto da seguinte forma:
- b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, no montante de R\$ 29.280 (R\$ 28.802 em 31 de dezembro de 2015).
 - b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 162 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2015).
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, nos montantes de R\$ 18.898 em 31 de março de 2016 (R\$ 34.584 em 31 de dezembro de 2015).

7. Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão com vistas a eliminar eventuais incertezas, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, a ANEEL garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

		31/03/2016						
		Ativo			Passivo (-)			
		Não			Não			
		Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Total líquido
Parcela "A"								
	Valores tarifários não gerenciáveis	1.405	-	1.405	(9.315)	-	(9.315)	(7.910)
CVA e Neutralidade								
	(a)							
	Energia	5.030	-	5.030	-	-	-	5.030
	Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	-	(31.830)	(3.169)	(34.999)	(34.999)
	Neutralidade dos encargos setoriais	1.664	-	1.664	(251)	-	(251)	1.413
	Sobrecontratação	-	-	-	(37.389)	(7.107)	(44.496)	(44.496)
	Outras CVA's	14.230	431	14.661	-	-	-	14.661
Componentes Financeiros								
	Energia Eletronuclear	27	-	27	-	-	-	27
	Exposição Financeira	54	-	54	(1.719)	-	(1.719)	(1.665)
	Outros componentes financeiros	874	16	890	-	-	-	890
		23.284	447	23.731	(80.504)	(10.276)	(90.780)	(67.049)

		31/12/2015						
		Ativo			Passivo (-)			
		Não			Não			
		Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Total líquido
Parcela "A"								
	Valores tarifários não gerenciáveis	1.360	-	1.360	(9.021)	-	(9.021)	(7.661)
CVA e Neutralidade								
	(a)							
	Energia	47.424	3.492	50.916	-	-	-	50.916
	Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	-	(33.114)	(5.730)	(38.844)	(38.844)
	Neutralidade dos encargos setoriais	83	28	111	(1.321)	(169)	(1.490)	(1.379)
	Sobrecontratação	-	-	-	(26.119)	(4.766)	(30.885)	(30.885)
	Outras CVA's	14.631	4.027	18.658	(44)	-	(44)	18.614
Componentes Financeiros								
	Energia Eletronuclear	968	-	968	-	-	-	968
	Exposição Financeira	3.958	674	4.632	-	-	-	4.632
	Outros componentes financeiros	639	162	801	-	-	-	801
		69.063	8.383	77.446	(69.619)	(10.665)	(80.284)	(2.838)

(a) Parcela "A"

A conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA tem o propósito de registrar as variações de custos relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais e são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC.

Notas Explicativas

(a) CVA e neutralidade

✓ Neutralidade dos encargos sociais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

✓ Sobrecontratação

O Decreto nº 7.945/13 determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos em 01 de janeiro de	100.278	97.440
Reconhecimento	-	(55.932)
Constituição	(50.699)	(54.196)
Amortização	(13.170)	9.850
Remuneração financeira setorial	(342)	-
Saldos em 31 de dezembro de	<u>(164.489)</u>	<u>100.278</u>

8. Impostos e contribuições diferidos

		<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	(a)	119.915	15.324
Diferido ativo		38.413	36.661
Diferido passivo		(26.261)	(21.337)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	69.628	71.488
		<u>81.780</u>	<u>86.812</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos

Notas Explicativas

valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	35.740	8.935	45.070	11.268
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	35.740	3.217	45.070	4.056
		<u>12.152</u>		<u>15.324</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.090	25.090	24.856	24.856
Provisão contingências	40.721	40.721	39.784	39.784
Provisão arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	10.175	10.175	8.642	8.642
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	30.258	30.258	27.657	27.657
Outros	4.635	4.635	4.792	4.792
Total Ativo	<u>112.978</u>	<u>112.978</u>	<u>107.830</u>	<u>107.830</u>
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(1.020)	(1.020)	(1.020)	(1.020)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(43.542)	(43.542)	(30.422)	(30.422)
Ajuste da quota anual de amortização	(13.289)	(13.289)	(12.528)	(12.528)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(13.192)	(13.192)	(12.669)	(12.669)
Déficit plano previdenciário	-	-	-	-
Superávit plano previdenciário	(5.297)	(5.297)	(5.109)	(5.109)
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-
Custo de captação	(898)	(898)	(1.012)	(1.012)
Total Passivo	<u>(77.238)</u>	<u>(77.238)</u>	<u>(62.760)</u>	<u>(62.760)</u>
Total Líquido	<u>35.740</u>	<u>35.740</u>	<u>45.070</u>	<u>45.070</u>

Os estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM 371/02.

Notas Explicativas

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2016 e 2015.

	31/03/2016		31/03/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	59.659	59.659	50.102	50.102
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.860)	(1.860)	(1.939)	(1.939)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	57.799	57.799	48.163	48.163
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.450	5.202	12.041	4.335
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	18	6	43	16
Depreciação veículos executivos	76	27	80	29
Outras adições	106	39	71	26
	200	72	194	71
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(903)	(325)	(941)	(339)
Incentivo fiscal SUDENE	(7.408)	-	(8.254)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(235)	-	(207)	-
Outras exclusões	(6)	-	(74)	(26)
	(8.552)	(325)	(9.476)	(365)
Imposto de renda e contribuição social no período	6.098	4.949	2.759	4.041
Diferido de diferença temporária de RTT	-	-	(4.529)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.098	4.949	(1.770)	4.041
Corrente	3.795	4.120	3.207	4.202
Recolhidos e Pagos	2.727	3.052	4.155	5.304
À pagar	1.068	1.068	-	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(948)	(1.102)
Diferido	2.303	829	(4.977)	(161)
	6.098	4.949	(1.770)	4.041

(b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Notas Explicativas

9. Depósitos judiciais

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	8.402	8.326
Cíveis	2.421	2.538
Fiscais:	5.277	5.106
PIS/COFINS	3.408	3.306
Impostos municipais	710	694
CSLL	1.042	1.020
Outros	117	86
	<u>16.100</u>	<u>15.970</u>

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2014	389.194
Baixas	(154)
Transferências	54.541
Atualização monetária / valor justo	39.197
Saldos em 31 de dezembro de 2015	482.778
Amortização/reversão	632
Transferências (a)	19.906
Atualização monetária / valor justo	13.122
Saldos em 31 de março de 2016	516.438

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 19). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do período.

Conforme mencionado acima, a Companhia adota como melhor estimativa de evolução do VNR o mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais. A Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, de 23 de novembro de 2015 aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA (antes IGPM) entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ R\$ 2.806 (R\$ 682 em 31 de março de 2015) cuja taxa média de capitalização foi de 0,78% no ano.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,80	1.429.511	(745.631)	(102.218)	581.662	571.981
Em curso						
Direito de uso da concessão		184.879	-	(46.383)	138.496	143.523
		<u>1.614.390</u>	<u>(745.631)</u>	<u>(148.601)</u>	<u>720.158</u>	<u>715.504</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	1.333.096	(664.982)	(103.114)	565.000	135.508	(32.716)	102.792	667.792
Adições	-	-	4	4	202.692	(26.761)	175.931	175.935
Baixas	(6.522)	5.457	-	(1.065)	(124)	-	(124)	(1.189)
Amortizações	-	(68.592)	6.928	(61.664)	-	-	-	(61.664)
Transferências - Intangíveis	76.576	-	(8.270)	68.306	(76.576)	8.270	(68.306)	-
Transferências - Ativos financeiros	(390)	-	-	(390)	(63.701)	9.550	(54.151)	(54.541)
Transferências - Outros	1.790	-	-	1.790	(12.619)	-	(12.619)	(10.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.404.550</u>	<u>(728.117)</u>	<u>(104.452)</u>	<u>571.981</u>	<u>185.180</u>	<u>(41.657)</u>	<u>143.523</u>	<u>715.504</u>
Adições	-	-	-	-	45.049	(4.063)	40.986	40.986
Baixas	-	-	-	-	(33)	-	(33)	(33)
Amortizações	-	(17.514)	1.864	(15.650)	-	-	-	(15.650)
Transferências - Intangíveis	22.960	-	(135)	22.825	(22.960)	135	(22.825)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	963	-	-	963	(21.033)	164	(20.869)	(19.606)
Transferências - Outros (b)	1.038	-	505	1.543	(1.323)	(963)	(2.286)	(743)
Saldos em 31 de março de 2016	<u>1.429.511</u>	<u>(745.631)</u>	<u>(102.218)</u>	<u>581.662</u>	<u>184.880</u>	<u>(46.384)</u>	<u>138.496</u>	<u>720.158</u>

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos, além de devoluções de obrigações especiais ocorridas no período.

Notas Explicativas

11. Fornecedores

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Energia elétrica:	100.760	125.857
Terceiros	99.486	125.111
Partes relacionadas	1.274	746
Encargos de uso da rede	22.786	24.738
Terceiros	22.404	24.515
Partes relacionadas	382	223
Materiais e serviços	24.865	91.702
Terceiros	24.750	91.701
Partes relacionadas	115	1
Energia livre	14.000	14.157
	<u>162.411</u>	<u>256.454</u>
Circulante	148.411	242.297
Não circulante	14.000	14.157

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre no montante R\$ 14.000, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

12. Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida líquida	<u>31/03/2016</u>			<u>31/12/2015</u>	
	Empréstimo	Custos de transação	Operações com Swap	Total	Total
Moeda nacional					
BNB	18.485	(2)	-	18.483	24.750
BNDES FINEM	275.573	(731)	-	274.842	287.632
Eletrobrás	3.941	-	-	3.941	4.480
FINEP	9.425	(42)	-	9.383	10.360
Banco do Brasil	120.032	(123)	-	119.919	115.823
CEF	14.403	-	-	14.403	10.704
	<u>437.918</u>	<u>(898)</u>	<u>-</u>	<u>440.961</u>	<u>453.749</u>
Moeda estrangeira					
Bank of America	33.094	-	(18.351)	14.743	14.264
Banco Citibank	296.019	-	(98.539)	197.480	197.484
Banco Itaú	263.660	-	(17.482)	246.178	245.811
	592.773	-	(134.372)	458.401	236.912
(-) Depósitos em garantia	(16.388)	-	-	(16.388)	(15.877)
Dívida líquida	<u>1.030.691</u>	<u>(898)</u>	<u>(134.372)</u>	<u>882.974</u>	<u>895.432</u>
Circulante				176.003	114.983
Não circulante				706.971	780.449

Notas Explicativas

(a) Captações e renegociações de recursos no período

a.1) Caixa Econômica Federal - No trimestre findo em 31 de março de 2016 a Companhia captou o montante de R\$ 3.969 para financiamento de investimentos a serem realizados em 2016, proveniente do Contrato junto à Caixa Econômica Federal – Luz Para Todos nº 0415.845-96/2013, assinado em novembro de 2013.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos do BNDES, Citibank, Bank of América e Itaú preveem a manutenção de índices financeiros com os parâmetros preestabelecidos, como segue:

Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BNDES Finem 2009: Patrimônio Líquido/Exigível total \geq 45%, EBITDA sobre Receita Operacional \geq 20%, EBITDA/Serviço da Dívida \geq 1,2 e Ativo Circulante/Passivo Circulante maior ou igual a 0,4.

BNDES Finem 2013: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Bank of América: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Itaú: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices BNDES e Citibank são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., sendo o Citibank trimestralmente e o BNDES anualmente.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	146.828	(191)	146.637	219.801	(267)	219.534
2018	271.787	(160)	271.627	259.174	(160)	259.014
2019	156.879	(105)	156.774	161.100	(105)	160.995
2020	53.915	(59)	53.856	59.985	(59)	59.926
2021	53.202	(17)	53.185	51.959	(17)	51.942
Após 2021	41.283	(3)	41.280	44.918	(3)	44.915
Total obrigações	723.894	(535)	706.971	796.937	(611)	796.326
(-) Garantias depósitos vinculados			(16.388)			(15.877)
			706.971			780.449

Notas Explicativas

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2015	95.356	329.020	(36.879)	273.791	661.288
Ingressos	-	106.371	100.000	120.000	326.371
Encargos	40.729	-	8.899	-	49.628
Varição monetária e cambial	(100)	1.980	16.088	147.440	165.408
Swap	-	-	(88.634)	(59.132)	(147.766)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(5.787)	431	(5.356)
Transferências	95.590	(95.590)	42.292	(42.292)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(133.710)	-	(18.657)	-	(152.367)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.837)	-	-	(1.837)
(-) Custos de transação	(204)	267	-	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2015	97.661	340.211	17.322	440.238	895.432
Ingressos	410	3.559	-	-	3.969
Encargos	9.441	-	3.848	-	13.289
Varição monetária e cambial	174	1.358	(7.818)	(50.485)	(56.771)
Swap	-	-	4.818	65.147	69.965
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	2.144	(2.143)	1
Transferências	15.253	(15.253)	75.227	(75.227)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(27.845)	-	(14.670)	-	(42.515)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(511)	-	-	(511)
(-) Custos de transação	38	77	-	-	115
Saldos em 31 de março de 2016	95.132	329.441	80.871	377.530	882.974

13. Salários e encargos a pagar

	31/03/2016	31/12/2015
Salários	974	834
Encargos sociais	971	1.200
Provisões férias e 13º salário	1.704	1.727
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.774	1.811
Provisão PLR (a)	10.175	8.641
	15.598	14.213

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O pagamento da PLR referente ao ano de 2015 ocorreu em abril de 16 no montante de R\$ 10.380.

Notas Explicativas

14. Taxas regulamentares

		<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	5.589	7.822
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	368	451
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	184	226
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	14.069	13.244
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	555	19
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	169	169
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	2.978	8.719
		<u>23.912</u>	<u>30.650</u>
Circulante		23.868	30.606
Não circulante		44	44

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. O saldo em aberto em 31 de março de 2016, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 3.230 conforme Resolução 2.018 de 02/02/2016, CDE-ENERGIA no valor de R\$ 2.610 conforme Resolução 2.018 de 02/02/2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 8.595 conforme Resolução 1.863 de 31/03/2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, conforme Despacho nº 957 de Abril de 2015.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, de março/2016 aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

15. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Imposto de renda - IR	3.795	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.120	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	41.837	43.575
Programa de integração social - PIS	1.552	2.488
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	7.219	11.642
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.355	1.560
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	368	438
Imposto sobre serviços - ISS	1.225	1.154
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.895	1.703
Outros	5	19
	<u>63.371</u>	<u>62.579</u>
Não Circulante	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	48	45
Total	<u>63.419</u>	<u>62.624</u>

16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22.846	7.699	3.522	40.067
Constituição	786	571	45	1402
Baixas/reversão	(653)	(1.675)	-	(2.328)
Atualização	248	1.388	58	1.694
Saldos em 31 de março de 2016	<u>29.226</u>	<u>7.984</u>	<u>3.625</u>	<u>40.835</u>
Circulante	4.766	5.422	1.210	11.433
Não circulante	24.460	2.562	2.415	29.402

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 14.012 (R\$ 14.446 em 31 de dezembro de 2015) em ações trabalhistas de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 0,5% a.m.

Notas Explicativas

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.105 (R\$ 1.110 em 31 de dezembro de 2015) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 269.530 (R\$ 270.847 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por (i) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL estimados em R\$ 147.345 (R\$ 144.265 em 31 de dezembro de 2015), com expectativa de perda possível e (ii) ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para Companhia antes da privatização, estimados em R\$ 1.197 (R\$ 1.184 em 31 de dezembro de 2015), com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

17. Outros passivos

	31/03/2016	31/12/2015
Consumidores	(a) 21.872	22.770
Empregados – adiantamento acordo coletivo		1
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(124)	37
Empréstimos compulsórios	293	293
Caução em garantia	(b) 16.565	16.149
Encargos CBEE	22	22
Adiantamentos recebidos	1.054	3.515
Outras	3.409	4.543
	<u>43.091</u>	<u>47.330</u>
Circulante	35.386	41.246
Não circulante	7.705	6.084

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Notas Explicativas

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 179.787.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em unidades)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A	118.961.939	91,70%	18.725.182	90,90%	16.062.793	90,60%	153.749.914	91,50%
Previ	1.854.848	1,40%	359.031	1,70%	382.135	2,20%	2.596.014	1,50%
Outros	8.929.432	6,90%	1.521.915	7,40%	1.276.753	7,20%	11.728.100	7,00%
Total	129.746.219	100,00%	20.606.128	100,00%	17.721.681	100,00%	168.074.028	100,00%

Acionistas	R\$ (em reais)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A	127.253	91,70%	20.030	90,90%	17.182	90,60%	164.465	91,50%
Previ	1.984	1,40%	384	1,70%	409	2,20%	2.777	1,50%
Outros	9.552	6,90%	1.628	7,40%	1.366	7,20%	12.546	7,00%
Total	138.789	100,00%	22.042	100,00%	18.957	100,00%	179.788	100,00%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 31 de março de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 152.879 (R\$ 145.438 em 31 de dezembro de 2015).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

Notas Explicativas

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período findo em 31 de março de 2016 o valor de R\$ 7.408 (R\$ 8.254 em 31 de março de 2015) de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 31 de março de 2016 o montante líquido de R\$ 80 (R\$ 621 negativo em 31 de dezembro de 2015).

19. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		31/03/2016	31/03/2015
			(Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a)	361.598	251.534
Receita de distribuição		352.096	244.234
Remuneração financeira wacc		9.502	7.300
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	13.218	31.208
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	273.830	305.232
Receita de distribuição		266.634	296.373
Remuneração financeira wacc		7.196	8.859
Ativos e passivos setoriais	(d)	(63.870)	(73.911)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		38.699	31.025
Outras receitas	(e)	26.624	12.978
Total receita bruta		650.099	558.066
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(249.674)	(208.883)
Total receita operacional líquida		400.425	349.183

Notas Explicativas

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	31/03/2016	31/03/2015
Consumidores:		
Residencial	275.133	234.512
Industrial	52.084	45.323
Comercial	148.387	133.592
Rural	31.467	31.133
Poder público	36.630	31.910
Iluminação pública	14.026	11.821
Serviço público	24.389	22.275
Suprimento	-	-
Fornecimento não faturado	7.376	(3.848)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo*	(258.756)	(291.321)
	330.736	215.397
Subvenções	30.862	36.137
	<u>361.598</u>	<u>251.534</u>

(*) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	31/03/2016	31/03/2015
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	15.074	13.911
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo*	258.756	291.321
	<u>273.830</u>	<u>305.232</u>

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas**(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
CVA e Neutralidade		
Energia	(49.400)	(23.074)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	5.156	(4.372)
Neutralidade dos encargos setoriais	2.758	(2.326)
Sobrecontratação	(10.671)	(34.270)
Outras CVA's	(4.642)	272
Componentes Financeiros e Subsídios		
Desconto tarifa irrigação e aquicultura	-	(755)
Desconto tarifa autoprodutores	-	(9.114)
Energia Eletronuclear	(941)	(1.261)
Exposição Financeira	(6.219)	(528)
Desconto rural	-	1.203
Outros componentes financeiros	89	314
	<u>(63.870)</u>	<u>(73.911)</u>

(e) Outras receitas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	2.632	146
Arrendamentos e aluguéis	3.391	694
Serviço taxado	679	723
Taxa de iluminação pública	1.199	1.080
Administração de faturas de fraudes	(11)	(13)
Comissão serviços de terceiros	44	56
Multa infração consumidor	83	62
Multa por inadimplência	5.480	4.186
Valor justo ativo indenizável da concessão (a)	13.122	6.041
Outras receitas	5	3
	<u>26.624</u>	<u>12.978</u>

- (a) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR. Em 23 de novembro de 2015 a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015 aprovou a revisão do índice de atualização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) passando a ser utilizado o IPCA em substituição ao IGPM entre a data base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Notas Explicativas**(f) Deduções da receita bruta**

	31/03/2016	31/03/2015
Impostos e contribuições		
ICMS	(129.226)	(112.871)
PIS	(13.332)	(8.756)
COFINS	(57.448)	(40.376)
ISS	(236)	(96)
Encargos Setoriais		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1)	(1)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(42.553)	(9.320)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(1.509)	(1.561)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(603)	(624)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(302)	(313)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(603)	(624)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(3.493)	(1.362)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(368)	(13.878)
	<u>(249.674)</u>	<u>(189.783)</u>

20. Custos e despesas operacionais do serviço**(a) Custo de Energia Elétrica**

	31/03/2016	31/03/2015
		(Reclassificado)
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	(154.628)	(199.455)
Energia adquirida contrato bilateral	(32.328)	(29.214)
Contratos por cotas de garantia física	(21.726)	(11.602)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(8.363)	(8.216)
Energia curto prazo – PLD	25.052	(16.024)
PROINFA	(5.968)	(5.282)
Ressarcimento de energia	817	12.164
Aporte CDE/ Conta ACR –CCEE	-	39.966
Créditos de PIS e COFINS	25.448	26.540
Encargos de energia de reserva – EER	(3.440)	-
	<u>(175.136)</u>	<u>(191.123)</u>
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição		
Encargos de rede básica	(13.877)	(13.684)
Encargos de conexão	(1.756)	(1.548)
Encargo de uso do sistema de distribuição	1.321	-
Encargo de serviço do sistema – ESS	(14.576)	(11.036)
Encargos de energia de reserva - EER	57	2.261
Créditos de PIS e COFINS	-	1.392
Bandeiras tarifárias	-	5.961
	<u>(28.831)</u>	<u>(16.654)</u>
	<u>(203.967)</u>	<u>(207.777)</u>

Notas Explicativas**(b) Custo de operação e despesas operacionais**

Custo / Despesas	31/03/2016			31/03/2015 (Reclassificado)	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(13.277)	(5.065)	(6.333)	(24.675)	(18.797)
Administradores	-	-	(880)	(880)	(253)
Entidade de previdência privada	(639)	(214)	(304)	(1.157)	(999)
Material	(1.098)	(29)	(647)	(1.774)	(1.362)
Serviços de terceiros	(13.189)	(7.857)	(7.826)	(28.872)	(24.858)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica –TFSEE	(507)	-	-	(507)	(501)
Indenizações cíveis / trabalhistas	-	8	(2.337)	(2.329)	(1.513)
Amortização	(13.176)	-	(2.256)	(15.432)	(16.011)
Arrendamentos e aluguéis	(15)	-	(239)	(254)	(224)
Tributos	(4)	-	(556)	(560)	(558)
Provisões líquidas - PCLD	-	(2.185)	-	(2.185)	(1.484)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(1.281)	-	(1.281)	(638)
Provisões líquidas - contingências	-	-	756	756	166
Multas regulatórias	(277)	-	-	(277)	(908)
Outros	(2.057)	(395)	(1.055)	(3.507)	(2.175)
Total custos / despesas	(44.239)	(17.018)	(21.677)	(82.934)	(70.115)

21. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	31/03/2016	31/03/2015 (Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	6.863	2.224
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3.801	5.344
Variação monetária – Dívida	34.643	14.896
Variação cambial	81.528	-
Operações swap	19.604	57.234
Atualização depósitos Judiciais	203	255
Multa sobre fornecedor	93	73
Remuneração financeira setorial	559	3.097
Outras receitas - Variação Monetária	3.463	6.397
Outras receitas financeiras	172	277
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(903)	-
	150.026	89.797

Despesas financeiras	31/03/2016	31/03/2015 (Reclassificado)
Encargos de dívida	(11.625)	(10.553)
Variação monetária - Dívida	(36.275)	(16.695)
Variação cambial	(23.228)	(62.177)
Operações swap	(89.569)	(1.241)
Perda acréscimos moratórios	-	(27)
IOF	(4)	(441)
Encargos P&D/PEE	(427)	(599)
Remuneração financeira setorial	(900)	(3.983)
Atualização contingências	(1.694)	(1.683)
Outras despesas –Variação monetária	(822)	(526)
Outras despesas financeiras	(648)	(1.136)
	(165.192)	(99.061)

Notas Explicativas**22. Saldos e transações com partes relacionadas**

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	Ref.	Resultado	Ativo			Passivo		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
NEOENERGIA S.A	(c)	(65)	-	-	-	-	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	-	-	892	892	-	-	-
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	(438)	-	-	-	195	-	195
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	(257)	-	-	-	120	-	120
RIO PCH I S.A.	(a)	(271)	-	-	-	120	-	120
SE NARANDIBA S.A.	(b)	(874)	-	-	-	376	-	376
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(b)	(13)	-	-	-	6	-	6
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRAELÉTRICA S.A.	(a)	(1.531)	-	-	-	839	-	839
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	131	44	-	44	-	-	-
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	179	60	-	60	-	-	-
AMARA BRASIL	(c)	(117)	-	-	-	115	-	115
Controladores								
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(e) / (d)	(4.087)	-	-	-	119.909	-	119.909
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	1330	-	186
Em 31 de março de 2016		<u>(7.343)</u>	<u>104</u>	<u>892</u>	<u>996</u>	<u>123.032</u>	<u>-</u>	<u>123.032</u>
Em 31 de março de 2015		(6.961)						
Em 31 de dezembro de 2015		(29.559)	-	1.125	1.125	23.719	94.905	118.624

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica, aprovados pela ANEEL com vigência até 2040.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2027 corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de Prestação de Serviços referente a administração e logística de almoxarifado com vigência até 2018.
- (d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras com vigência até 2021 corrigidos mensalmente com base no CDI.
- (e) Debêntures Aplicação/Emissão - Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
- (f) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

(g) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência até 2046, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

22.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de março de 2016 é de R\$ 789 (R\$ 2.887 em 31 de dezembro de 2015) e engloba pró-labore, plano de previdência (PGBL), assistência médica e odontológica, remuneração variável e incentivo de longo prazo.

A Companhia possui ainda programa de incentivo de longo prazo (ILP) aos seus administradores o qual se baseia no cumprimento de metas trienais e corporativas que visam criação de valor e geração de riqueza para o negócio de forma sustentável. Em 31 de março de 2016, a provisão relativa ao ILP monta R\$ 1.783 (R\$ 1.783 em 31 de dezembro de 2015) a qual será liquidada quando da apuração final do cumprimento das metas trienais.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

23. Gestão de risco financeiro

Considerações gerais e de políticas internas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do capital social

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Em 31 de março de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado; (b) Títulos e valores mobiliários representados por fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro ao final do período da concessão no resultado operacional do período.
- Ativos Financeiros Setoriais – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos - são mensurados a valor justo por meio do resultado. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas

- ✓ Operação de “hedge” (utilizando swap dólar para CDI) para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência						Efeito acumulado 31/03/2016 Valor a receber / a pagar/pago
					Moeda Estrangeira (Em milhares)		Moeda Local		Valor Justo		
					2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Contratos de swap:											
Ativa	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. 107,85% do CDI	USD	USD	R\$ 18.284	R\$ 21.865	34.646	37.634	
Passiva					5.138	5.599			15.864	15.326	
									18.781	22.308	
Ativa	Banco Citibank	03/05/13	03/12/18	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.) CDI - 104,5% a.a.	USD	USD	R\$ 105.403	R\$ 134.783	296.085	318.303	
Passiva					29.617	34.517			197.547	197.548	
									98.538	120.755	(5.244)
Ativa	Banco Itaú	03/12/14	01/12/17	USD 6M LIBOR + 2,89% a.a. 111% do CDI	USD	USD	R\$ 7.221	R\$ 10.430	28.137	29.758	
Passiva					2.029	2.671			20.978	20.246	
									7.159	9.512	
Ativa	Banco Itaú	09/03/15	06/03/17	USD + 3,6120% a.a. 106,35 % do CDI	USD	USD	R\$ 10.588	R\$ 16.075	72.042	78.698	
Passiva					2.975	4.117			60.572	62.704	
									11.470	15.994	(2.915)
Ativa	Banco Itaú	11/03/15	11/09/17	USD + 3,4117% a.a. 107,71% do CDI	USD	USD	R\$ 8.062	R\$ 13.176	68.912	74.660	
Passiva					2.265	3.374			60.442	62.634	
									8.469	12.026	(3.139)
Ativa	Banco Itaú	11/03/15	11/09/17	USD + 4,9294% a.a. 117,98% do CDI	(USD	USD	R\$ 4.875	R\$ 1.075	47.795	49.696	
Passiva					1.370)	275			52.636	50.685	
									(4.841)	(989)	
Ativa	Banco Itaú	11/03/15	11/09/17	USD + 4,9412% a.a. 118% do CDI	(USD	USD	R\$ 4.821	R\$ 1.124	47.795	49.696	
Passiva					1.355)	288			52.571	50.624	
									(4.776)	(928)	
									134.802	178.678	(11.298)

Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

Notas Explicativas

	31/03/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	525.297	525.297	524.064	524.064
Contas a receber de clientes e outros	525.297	525.297	524.064	524.064
Mantidos até o vencimento	892	892	1.125	1.125
Títulos e valores mobiliários	892	892	1.125	1.125
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	225.486	225.486	253.920	253.920
Caixa e equivalentes de caixa	222.938	222.938	250.878	250.878
Títulos e valores mobiliários	2.548	2.548	3.042	3.042
Disponível para venda	516.438	516.438	482.778	482.778
Concessão do Serviço Público – Indenização	516.438	516.438	482.778	482.778
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis				
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	67.049	67.049	2.838	2.838
Mensurado pelo custo amortizado	586.984	586.984	694.326	694.326
Fornecedores	162.411	162.411	256.454	256.454
Empréstimos e financiamentos	424.573	424.573	437.872	437.872
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	458.402	458.402	457.560	457.560
Empréstimos e financiamentos	592.773	592.773	635.806	635.806
Derivativos	(134.372)	(134.372)	(178.246)	(178.246)

A Companhia entende que o valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Notas Explicativas

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada exercício, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap adotando como taxa de desconto a taxa que zera o fluxo da ponta passiva no dia da contratação do swap.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

	31/03/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	516.438	516.438
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	222.938	-	-	222.938
Títulos e valores mobiliários	-	2.548	-	2.548
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos				
	-	(592.773)	-	(592.773)
Outros Passivos financeiros				
Derivativos	-	(134.372)	-	(134.372)
	<u>222.938</u>	<u>(724.596)</u>	<u>516.438</u>	<u>32.262</u>

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2016, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 69.965 (R\$ 55.993, resultado positivo em 31 de março de 2015).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			3,5589	(599.283)	(3.113)	(3.891)	(4.669)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar		600.471	3.548	4.435	5.322
Exposição Líquida					435	544	652

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando os saldos e as taxas de

Notas Explicativas

câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores (índices de preços) associados aos empréstimos, financiamentos e debêntures, como também sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Grupo Neoenergia não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco, no entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2016, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 92.153 (R\$ 93.522 em 31 de dezembro de 2015) registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,70%	214.384	6.988	5.303	3.578
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,72%	120.032	4.209	5.209	6.176
Swap – ponta passiva	CDI	Alta do CDI	13,72%	460.609	16.348	20.201	23.971
Empréstimos e financiamentos	SELIC	Alta da SELIC	7,50%	186.310	4.514	5.387	6.260
Empréstimos e financiamentos	TJLP	Alta da TJLP	13,74%	30.262	1.152	1.386	1.616

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do exercício. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o exercício no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

Notas Explicativas

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2016 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 215.995 sendo R\$ 214.994 em fundos exclusivos e R\$ 1.001 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Notas Explicativas

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2016	2017	2018	2019	2020	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	1.017.346	1.208.165	174.684	317.867	324.300	201.148	77.013	113.153
Fornecedores	162.411	162.411	162.411	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Bank of America	(18.351)	(19.049)	(19.049)					
Citibank	(98.538)	(149.896)	15.554	17.794	(183.244)	-	-	-
Itaú	(7.159)	(9.480)	1.972	(11.453)				
BNP Paribas	(11.470)	(13.219)	3.023	(16.241)	-	-	-	-
Santander	(8.469)	(10.952)	3.153	(14.105)	-	-	-	-
HSBC	4.841	4.332	5.673	5.034	-	(6.374)	-	-
Mizuho	4.775	4.258	5.610	5.029	-	(6.381)	-	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o contas a receber de clientes e outros.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros, conforme demonstra abaixo:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	222.938	250.878
Títulos e valores mobiliários	2.548	3.048
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	608.170	604.784
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	892	1.125
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	516.438	482.778

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota 12 b).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo na sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidráulicas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em função da necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia.

Notas Explicativas

O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução, associada ao aumento do consumo de energia observado, aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

24. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia efetuou contribuições a FASERN no montante de R\$ 1.107 (R\$ 964 em 31 de março 2015).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo relacionados aos planos previdenciários e assistencial:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Benefícios previdência	<u>5.215</u>	<u>1.390</u>
Circulante	1.043	1390
Não circulante	4.172	3983

25. Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 30 de março de 2016 a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN realizou a emissão da 5ª debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição com as seguintes principais características: (i) volume de R\$ 100.000; (ii) taxa de 118% do CDI; (iii) prazo de 2 (dois) anos; (iv) amortização de principal em 1 (uma) única parcela, na data de vencimento e (v) juros semestrais. Os recursos provenientes desta emissão foram creditados na Companhia em 01 de abril de 2016.

b) Reajuste tarifário Anual

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2064, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 11,51%, dos quais 11,80% correspondem ao reajuste tarifário econômico e -0,30% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,73%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Notas Explicativas

c) Aprovação dos dividendos adicionais propostos

Em 26 de abril de 2016 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a proposta de distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 92.540 a ser pago aos acionistas até 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Natal - RN

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período anterior

A revisão das demonstrações financeiras intermediárias relativas a 31 de março de 2015, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa 2.3, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificações, com data de 14 de maio de 2015.

Como parte da nossa revisão das demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016, revisamos as reclassificações nos valores correspondentes nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2015 e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que tais reclassificações não foram efetuadas, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as mesmas tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 11 de maio de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0